



DIFERENÇA E INFÂNCIA INDÍGENA NO BRASIL: UM OLHAR A PARTIR DA NARRATIVA CINEMATOGRÁFICA

DIFFERENCE AND INDIGENOUS CHILDHOOD IN BRAZIL: A LOOK AT THE CINEMATOGRAPHIC NARRATIVE

Suzana Santos Libardi¹
Conceição Firmina Seixas Silva²

Resumo: O presente trabalho discute a infância indígena no Brasil, a partir de narrativa do cinema nacional. Adota-se a abordagem geracional e a linguagem cinematográfica, não em seus aspectos técnicos ou como recurso didático, mas como ferramenta para experimentar outras possibilidades de interpretações da(s) infância(s) no Brasil. Por meio das histórias e personagens diversos, esperamos confrontar a certeza própria das ciências e da forma como entendemos, lidamos e narramos a infância no seu viés normativo. Selecionamos o documentário *Waapa* para debater a questão da infância indígena, sua peculiaridade e diferença, em diálogo com a produção acadêmica. Identificamos dois aspectos – educação e convívio com os adultos – que ajudam a pensar o lugar destas crianças em suas comunidades e, ao mesmo tempo, refletir sobre as diversas possibilidades de narrar a infância.

Palavras-chave: infância. infância indígena. crianças indígenas. cinema nacional.

Abstract: This paper aims at discussing the indigenous childhood in Brazil, as presented by the national cinema narratives. A generational approach and the cinematographic language are applied, not for its technical aspects or as a didactic resource, but as a tool to try out other possibilities to interpret the childhood(s) in Brazil. Through stories and several characters, we expect to confront the certainty in science itself and the way we understand, deal with and narrate the childhood in its normative bias. We have selected the documentary *Waapa* to debate the question of indigenous childhood, its peculiarity and difference, in dialogue with the academic production. We identified two aspects – education and the social life with adults – which help reflect upon these children's place in their community and, at the same time, upon the several possibilities to narrate the childhood.

Keywords: childhood. indigenous childhood. indigenous children. national cinema.

1 Professora adjunta da Universidade Federal de Alagoas - Campus do Sertão, doutorado em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, suzana.libardi@delmiro.ufal.br

2 Professora adjunta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Departamento de Estudos da Infância/Faculdade de Educação, doutorado em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, conceicaoofseixas@gmail.com

INTRODUÇÃO

Atualmente, observamos grande quantidade de pesquisadores de várias áreas do conhecimento acadêmico realizando pesquisas e estudos sobre/com crianças/infâncias em variados contextos sociais e culturais do Brasil. No que tange às crianças e infâncias indígenas, todavia, a produção acadêmica brasileira ainda é pouca³ (PRADO, 2017).

No presente trabalho, a infância é entendida a partir de uma abordagem geracional, o que significa que é tratada como categoria estruturante da sociedade (JENKS, 1982) e que, por sua importância na organização social, pode ser tomada como analisador da mesma. A infância é valorizada, então, enquanto *grupo* social, e como tal, as formas pelas quais se relaciona com outros grupos geracionais são de central importância analítica. Considerando a diversidade cultural dos inúmeros contextos sócio-históricos brasileiros, os estudos da infância e das crianças no país vêm cada vez mais argumentando pela necessidade de reflexão sobre a diferença, no sentido de conhecer, pesquisar, mapear, compreender *as infâncias* brasileiras. Isso significa que ao mesmo tempo em que a mirada geracional é relevante, pois toca a todas as crianças de alguma forma, suas experiências não ocorrem descoladas dos marcadores de etnia, raça, gênero (ROSEMBERG, 1996; SIQUEIRA, 2013), ou de diversidade cultural, por exemplo, colocados para as crianças pela realidade social. Por isso, o presente trabalho se soma ao esforço de pensar, simultaneamente, a problemática etária e geracional entrelaçada à questão da diferença e suas várias formas de manifestação no país.

A infância indígena é tomada como caso para problematizar a experiência de infância enquanto categoria universal (COHN, 2000; ZOIA & PERIPOLLI, 2010) e identificar aspectos da sua especificidade. Para isso, recorreremos aos trabalhos de campo com crianças indígenas realizados por alguns pesquisadores no Brasil (BROSTOLIN & CRUZ, 2011; COHN, 2000; DOMINGUES-LOPES, OLIVEIRA & BELTRÃO, 2015; GRUBITS, 2003; PINHEIRO & FROTA, 2009; ZOIA & PERIPOLLI, 2010). Além de dialogar com pesquisas na área interdisciplinar dos estudos da infância, este artigo adota uma narrativa

³ Informação também verificada por uma das autoras deste artigo por meio de dados preliminares de pesquisa PIBIC-UFAL-FAPEAL, sob sua coordenação. A pesquisa, intitulada “Estudos da infância e comunidades tradicionais”, está realizando levantamento quantitativo e qualitativo de artigos publicados em periódicos nacionais de grande circulação no país, em quatro áreas do conhecimento.

veiculada pelo cinema nacional para discutir a temática que se propõe – a infância indígena no Brasil.

A linguagem cinematográfica é trazida aqui como possibilidade de experimentar outras formas de narrar a infância a partir de imagens-narrativas contra-hegemônicas. Pesquisar a infância indígena, abrindo-se de fato para as formas de viver dessas crianças, já é algo que se direciona para outros caminhos, que não aqueles produzidos pelos modos normativos de teorizar a infância que falam sobre um tipo de infância – aquela dos espaços urbanos, que compõe as camadas sociais médias e altas, que vai para escola e mora com sua família nuclear. Ainda no contrafluxo, apoiamo-nos em personagens, imagens, enredos, sons como ferramenta que nos possibilitam outras maneiras de interpretar a infância no Brasil, tão plurais quanto sua própria história, sociedade, geografia, cultura. Não falamos do lugar de estudiosas do cinema, mas como pesquisadoras da área dos estudos da infância em uma perspectiva crítica, que, além de tensionar o modo normativo como a infância foi (e é) teorizada na sociedade ocidental, dialoga com outros modos de interpretações da realidade que confrontem com as certezas e, conseqüentemente, aprisionamentos que a ciência, e os usos que fazemos dela, podem produzir.

Como apreciadoras do cinema, trazemos suas narrativas e interpretações para nos auxiliar a alcançar os objetivos aos quais este artigo se propõe. Não queremos, com isso, desvalorizar toda e qualquer produção científica sobre a infância, mas sim assumir que partimos da perspectiva de vertentes que tomam a pesquisa e o teorizar sobre a infância como produzindo lugares sociais importantes para as crianças (PEREIRA, SILVA & OGG, 2018). Dessa forma, como pesquisadoras, somos levadas a alguns questionamentos, e a responsabilidade de abordar tal assunto nos conduz a perceber os modos de produções de subjetividades infantis de comunidades indígenas e as formas como as crianças vivem e narram suas infâncias, mais com o compromisso de sermos afetadas do que buscando confirmar as teorias que estudamos. Ou seja, assumimos esse teorizar como lugar de diálogo e também de confronto de visões de mundo, e não como produções de verdades, ainda que cientes de que as nossas pesquisas e textos impactam na forma como a infância é narrada e vivida. Na disputa de interpretação e produção de uma realidade, o cinema também está presente com sua leitura do mundo e da(s) infância(s). É nesse entrecruzamento de textos acadêmicos, de nossas produções científicas e da linguagem

cinematográfica, que situamos o desafio de olhar e se confrontar com a infância indígena.

Escapando de uma ideia universal de infância, como aquela inaugurada pelos paradigmas sociais, históricos e científicos da Modernidade – responsáveis por produzir uma visão essencializada e estática de infância –, apostamos em vertentes teóricas que tomam essa categoria, primeiro como fruto de uma “prática discursiva, social e linguística” específica (CASTRO, 2002, p. 49), o que confere à infância um sentido relacional, isto é, sendo conformada a partir da maneira como é posicionada e narrada na sua relação com seus pares e adultos. Segundo como uma categoria singular, marcada pela diferença em relação a outras categorias etárias. No entanto, concordamos com Castro (2002) que essa diferença que inaugura um sentido de infância – e que a distancia da adolescência e da adultez – é produzida histórica e culturalmente. Na sociedade Moderna, a diferença é marcada pelo aspecto da racionalidade, ou seja, a infância é a categoria que se constitui como aquela “não falante” e nem de posse da razão, diferente da adultez. Ao falar a infância indígena, a diferença se circunscreve em um duplo aspecto: como marca geracional e como distância da cultura ocidental e urbana.

A infância tal como teorizada pela sociedade ocidental se apresenta, conforme Larrosa (2010), como algo que sabemos o que é, o que precisa; é capturada pelos diversos saberes e instituições com a certeza de saber do que trata e como explica. No contrafluxo dessa ideia, o autor propõe justamente tomar a infância como um outro, como alteridade, como enigma (LARROSA, 2010). Corroborando com o pensamento de Larrosa, consideramos o aspecto da diferença para tratar a infância não como algo que é sabido, mas que escapa à nossa objetivação, que não é transparente – o que é próprio da alteridade. Como enigma, a infância tampouco é tomada como uma ideia que será decifrada após seguir determinadas pistas, mas permanecerá, por um lado, radicalmente singular, não traduzível e, por outro, como um convite a rever os saberes que produzimos sobre ela e as práticas que destinamos às crianças como as educativas, por exemplo. A infância indígena talvez radicalize ainda mais essa ideia da alteridade, por se distanciar das visões normativas de infância ocidental, que se adequam àquelas vividas em contextos urbanos. Habitando uma lógica de tempo-espço diferente, essa infância se constrói a partir de outras relações com seus pares e com os adultos.

Considerando a produção cinematográfica brasileira sobre crianças indígenas, que ainda é bem reduzida, assim como as pesquisas acadêmicas, selecionamos entre os produtos recentemente lançados o documentário *Waaapa* (MEIRELLES, REEKS & MENDONÇA, 2017)⁴, com intuito de debater a questão da infância indígena, sua peculiaridade e diferença. Nossa reflexão acerca da infância indígena – sem tomar essa categoria como homogênea – apoiar-se-á na análise do referido documentário.

INFÂNCIA INDÍGENA NO BRASIL: QUE DIFERENÇAS INSTAURAM?

Waaapa aborda a infância da etnia Yudja, especificamente a comunidade da aldeia Tuba Tuba, localizada no Parque Indígena do Xingu, no estado do Mato Grosso. *Waaapa*, que para o povo Yudja significa “elemento da natureza que ensina, remédio que cura”, tem duração de vinte minutos, aproximadamente. O documentário é narrado em português por Yabaiwa Juruna, professor indígena e importante interlocutor para o povo Yudja. O narrador aparece no vídeo e as imagens captadas na aldeia apresentam seu entorno e território; um território de vida, como pode ser percebido especialmente pela fala do narrador e pelas imagens das crianças Yudja e suas atividades. As fases da lua dão ritmo ao vídeo, marcam a narrativa e os rituais ou cuidados relativos às crianças da comunidade.

Em entrevista concedida para uma das autoras deste artigo (OLARIETA, SILVA & OGG, 2018), Paula Mendonça de Menezes, uma das diretoras do documentário, relatou que a demanda por documentar o tema do *Waaapa* partiu da própria comunidade indígena, a fim de deixar registrado a importância dos remédios e dos rituais do *Waaapa* para eles e, principalmente, para a educação das crianças, tendo em vista o receio de que tais práticas se percam. Segundo Paula, o argumento do documentário é dividido entre os diretores e Yabaiwa Juruna, e sua realização se deu por meio do diálogo com toda a comunidade. Os enquadramentos feitos em *Waaapa* são belíssimos, decorrentes de uma fotografia sensível que permite aos espectadores admirarem a beleza natural da aldeia e se aproximarem um pouco da

⁴ Realização do Instituto Alana e Território do Brincar, produção da Maria Farinha Filmes, disponível na plataforma *online* e gratuita Vídeo Camp. Para maiores informações sobre o documentário, acessar: <https://www.videocamp.com/pt>

sensação de imensidão que a reserva oferece – apesar de alguns *takes* do vídeo mostrarem grandes propriedades particulares beirando a floresta, lembrando-nos da disputa por terra e seu uso na região.

Destacamos também a preservação na aldeia Tuba Tuba de idioma próprio – o que não é mais tão recorrente na maioria das comunidades indígenas brasileiras, especialmente nas do Nordeste, “como resultado do intenso contato interétnico que experimentaram” (PINHEIRO & FROTA, 2009, p. 736) e ao altíssimo grau de extermínio dos povos indígenas na região.

A seguir, apresentamos uma análise do documentário com base em duas categorias que nos parecem relevantes para se pensar a infância da comunidade indígena em questão e, simultaneamente, imprescindíveis também para se pensar a diferença colocada pela infância das crianças indígenas perante as infâncias urbanas do Brasil, em geral. Tais aspectos foram agrupados em categorias de análise – o convívio das crianças Yudja com os adultos da sua comunidade, fundamentado a partir de laços geracionais específicos, e o processo educativo das crianças – que serão discutidos, respectivamente, nos tópicos que seguem.

Convívio com os adultos

As crianças, como indivíduos de qualquer outro grupo geracional, convivem com sujeitos de outras gerações. Elas, porém, por integrarem a geração da infância, têm sua relação com os mais velhos caracterizada de forma particular. Tal como vem sendo argumentado por vários pesquisadores (CASTRO, 2002; JENKS, 1982), crianças são geralmente vistas na sociedade ocidental como indivíduos que estão em posição de subordinação às gerações mais velhas, de modo que a relação entre crianças e adultos é comumente pensada como sendo, predominantemente, uma relação unidirecional em que, de forma bastante naturalizada, “adultos dão e crianças recebem”: adultos provém, adultos cuidam, adultos decidem, adultos regulam a vida das crianças etc. Isso ocorre, por um lado, porque as crianças são vistas, hegemonicamente, como sujeitos que estão numa posição de dependência perante os mais velhos. Por outro lado, se nos distanciarmos do olhar adultocêntrico sobre a infância (ALANEN, 2001), seremos capazes de reconhecer a ação das crianças sobre os mais velhos, uma ação que demonstra responsividade sobre o que é demandado delas, mas também uma ação criadora, que gera

acontecimentos, e não apenas que responde a eles de forma ativa. Neste sentido, a ação da criança (sua agência) está condicionada ao simples fato de ela ser e estar no mundo (QVORTRUP, 2011). É com base nisso, que Castro (2013) afirma que “crianças e adultos são parceiros na construção do mundo em que vivemos” (p. 112), mesmo que com formas diferenciadas de ação. Desta forma, é interessante considerar alguns casos por meio da observação respeitosa da ação protagonizada por crianças.

Tomemos o caso das crianças Yudja. Observamos, no documentário, uma outra forma de ação e inserção e de estar presente na comunidade, que poderiam, inclusive, causar certo incômodo se estivéssemos imbuídas de uma visão normativa de infância, que posiciona a ação da criança a espaços e tempos específicos. Na sociedade ocidental, a ideia de incompletude, fragilidade e despreparo vinculada às gerações mais novas sustenta uma lógica de proteção que se dá com a retirada da criança do mundo como um todo e do contato com aquilo que os adultos consideram perigoso. Enquanto se desenvolvem, as crianças são resguardadas aos espaços privados – normalmente a casa e a escola – a fim de se prepararem para agir no mundo quando adultas. Dentro dessa lógica, está contida a ideia de um preparo para ação no mundo. Na prática, significa a retirada da criança do mundo como um todo para ensiná-la sobre as coisas deste mundo, com a expectativa de que, futuramente, ela aja sobre aquilo do qual foi resguardada.

Em *Waaapa*, há cenas que exploram as atividades das crianças nas suas brincadeiras, na forma de se locomover pelo território, de aprender com os adultos. Vemos as crianças navegando pelo rio sem a presença ou orientação de um adulto – o rio é um lugar muito importante para os Yudja, afinal, como narra Yabaiwa, eles são “o povo do rio” – usando em algumas tarefas o facão, o fogo, manuseiam flechas, dentre outras atividades, que podem parecer “perigosas” para as crianças, ao nosso olhar. Um exemplo é a colheita da mandioca: todos executam a mesma tarefa (de desenterrar e transportar a mandioca, cada pessoa carregando um peso diferenciado) e na qual crianças ficam perto dos adultos observando ou fazendo junto o trabalho do momento. A presença das crianças neste tipo de atividade aparece em *Waaapa* de forma bastante integrada com os adultos. A forma como vemos as crianças nessas atividades, no documentário, não nos evoca um sentido de perigo ou risco, dada sua desenvoltura nas situações citadas. Não acreditamos que elas agem naturalmente com esses objetos, mas aprendem a lidar com

eles, conquistam a permissão dos adultos para usá-los com autonomia, e precisam, com isso, responder à confiança que lhes é depositada. Não seria este o significado de responsabilidade? O engajamento de crianças nas diversas atividades executadas no cotidiano de aldeias indígenas no Brasil é uma temática registrada também pela produção acadêmica (COHN, 2000; SILVA, 2013).

Além do engajamento, identifica-se como diferença a alta circulação dos mais novos pela variedade de espaços das aldeias, sem que muitas vezes haja vigilância ostensiva dos mais velhos sobre as crianças, no território de grandes dimensões; como também ocorre nas experiências de crianças Kayapó-Xikrin do Bacajá (COHN, 2000), de crianças Jenipapo-Kanindé (PINHEIRO & FROTA, 2009), de crianças Terena (ZOA & PERIPOLLI, 2010) e em revisão de literatura sobre crianças indígenas do Brasil realizada por Silva (2013). Isso acaba permitindo uma grande apropriação do território por parte dos meninos e meninas indígenas em nosso país.

O aspecto das atividades executadas pelas crianças e da sua circulação na natureza nos evoca uma outra lógica de proteção e cuidado, que se baseia não na retirada da criança do mundo para depois lançá-la quando adulta, mas, sim, numa lógica na qual a criança vai aprendendo na medida em que está e age no mundo, criando, por meio do convívio com os mais velhos e com seus pares, formas para se cuidarem e se protegerem. A noção de cuidado e proteção, que carrega sempre uma dimensão intergeracional (LIBARDI, 2016), vê-se estabelecida, no caso dos Yudja, a partir de outros acordos entre adultos e crianças. Acordos estes baseados numa maior troca, experimentações, criação de vínculo de confiança mútua, do que propriamente em uma relação tutelar do adulto com a criança. Zoia e Odimar (2010), em pesquisa com crianças e adultos indígenas do povo Terena, também identificaram peculiaridades na forma como eles lidam com a problemática risco/proteção nas atividades diárias das crianças, levando-nos a perceber uma diferença na forma como os mais velhos conduzem as crianças e na forma como elas obedecem a eles. De modo geral, os Terena, tal qual os Yudja, não denotam a relação adulto-criança como *via de mão única* ou eminentemente tutelar, na qual o adulto busca deter o papel de comando. O papel de cuidador e cuidadora, exercido pelos adultos, emerge nas relações por outras vias, que não as do controle.

Quando perguntada sobre as semelhanças e distanciamentos entre a forma como as crianças Yudja vivem suas infâncias e aquelas de

contextos urbanos – enfatizando que não se tratava de tomar nem uma nem outra como bloco homogêneo – a diretora Paula Mendonça de Menezes, na entrevista mencionada, respondeu pelo caminho da relação de cuidado e proteção dos mais velhos com os mais novos e dos últimos com os primeiros. Ela demarcou a mutualidade e reciprocidade como este processo é vivido pelo povo Yudja – semelhantemente aos Terena, que veem crianças e adultos como interdependentes (BROSTOLIN & CRUZ, 2011). Nesse sentido, o cuidado se fundamenta a partir de uma dependência mútua, e não em detrimento dela, isto é, como sentimento de responsabilidade frente ao outro (MATOS, PÉREZ, ALMADA & CASTRO, 2013, p. 370). Um aspecto demarcado por Paula, nessa relação de cuidado, é a liberdade que é concedida às crianças Yudja para explorarem o território, para experimentarem, conhecer aquilo que ainda não sabem. E tal liberdade está apoiada na confiança depositada nas crianças, pelos mais velhos, na sua capacidade de ação. Diz Paula: “Se, por um lado, tem essa liberdade de circulação no espaço, por outro, tem uma confiança na capacidade delas [as crianças] por parte dos adultos” (OLARIETA, SILVA & OGG, 2018, p. 173).

O documentário nos leva a perceber, na movimentação e deslocamentos da crianças Yudja pelo território da aldeia, a imagem de sujeitos representados não pela fragilidade e ausência de poder, ainda que se reportando respeitosa aos velhos – a própria ideia do documentário surge de uma preocupação dos adultos do povo Yudja de transmitir sua tradição às crianças (OLARIETA, SILVA & OGG, 2018), ensinando para elas a importância dos seus costumes. A relação de adulto e criança que acontece mediada por esse ensinamento se distancia de uma relação pedagogizada, a quem as coisas do mundo são didaticamente explicadas, posicionando as crianças como sujeitos que não são capazes de lidar com aquilo que os adultos lidam como os instrumentos, por exemplo. Adultos e crianças ocupam posição diferenciada, e isso é notório, mas não se trata de uma diferença que destitui a criança de sua liberdade e autonomia de explorar, no presente, o que os próprios adultos lhe ensinam – o arco e flecha, o rio, o roçado, etc. No documentário, há uma cena que explora a passagem da brincadeira para a atividade que não é brincadeira, mostrada a partir de uma situação em que crianças e adultos constroem suas casas na vida real e no âmbito do brincar, respectivamente, utilizando-se dos mesmos materiais e esboçando os mesmos traços arquitetônicos que se diferenciam principalmente pelo tamanho. Percebemos ali, que a vida

adulta não é marcada, predominantemente, pelas tarefas que os adultos fazem – uma vez que muitas dessas tarefas são realizadas por crianças – ou seja, por *o que* se faz, mas é marcada por *como* se faz, pela seriedade com que é feita.

Assim, ao explorar imagens que confrontam com uma visão normativa e ideal de infância, percebemos uma potência na relação criança-adulto nas cenas do documentário, de modo a nos convidar a repensar a forma como narramos a infância e nos relacionamos com as crianças, construindo uma relação mais parceira, menos professoral e autoritária, num processo de descoberta mútua, e também de compartilhamentos dos riscos e desafios que se abrem a partir dessa forma de convívio. No convívio das crianças Yudja com os adultos, o cuidado conta, inclusive, com outros elementos, como a proteção espiritual das entidades, culturalmente referenciada.

Refletindo sobre educação indígena a partir dos Yudja

O segundo eixo de análise, selecionado a partir de *Waapa*, trata do processo educativo das crianças Yudja. A respeito disso, a oralidade é o meio das instruções na aldeia, não só entre os Yudja, mas também em várias outras comunidades indígenas brasileiras (TERENA, 2003). Embora o documentário registre muitas cenas de instrução, sabe-se que no cotidiano dos povos indígenas brasileiros não há, propriamente, um “momento” para a instrução, sendo o aprendizado construído eminentemente com a observação, por parte das crianças, dos exemplos dados pelos mais velhos (BROSTOLIN & CRUZ, 2011), a forma como fazem algum trabalho específico, a disponibilidade para ser observado ou imitado (SILVA, 2013), e para acolher as tentativas e erros das crianças (BROSTOLIN & CRUZ, 2011; MAHER, 2005).

Ainda sobre o processo educativo, um aspecto que chama atenção é a noção de aprendizagem denotada pelo documentário. Tal como é demonstrado por Cohn (2000), em pesquisa com os Kayapó-Xikrin do Bacajá, os Yudja parecem também compartilhar uma noção de aprendizagem ligada àquilo que se é capaz de *fazer*, de executar. Um exemplo é a habilidade da pontaria e o uso eficaz da flecha para caçar, “se não ele vai passar fome, ele não vai conseguir matar”, diz o narrador do documentário. A aprendizagem incentivada pelos adultos e valorizada pela aldeia é, eminentemente, prática, pois trata-se de um saber que serve à sobrevivência e à manutenção da vida daquele povo e suas tradições;

uma característica não apenas das duas etnias citadas, mas da educação indígena no Brasil em geral (MAHER, 2005; TERENA, 2003). A relevância deste aprendizado para a comunidade pôde também ser observada em *Waapa*, quando o narrador afirma que ser Yudja é “fazer tudo que Yudja faz”, ou seja, o que se faz (o que se aprendeu) carrega também um sentido mais profundo que extrapola sua utilidade prática, já que ajuda a definir a identidade daquele povo.

Os adultos têm papel geracional fundamental no aprendizado de habilidades pelas crianças Yudja, mas isso não significa, tal qual no meio urbano, que há especificações de quais adultos desempenham, prioritariamente, o papel de *professor*. Na vida na aldeia a aprendizagem foge da lógica institucionalizada, criada pela sociedade moderna por meio do projeto universal de escola, que concentra o tempo/espaço de aprender, como também *com quem* se aprende. Na educação indígena todo tempo é tempo de aprendizado e o mesmo ocorre com variadas pessoas da comunidade, não predominantemente com alguém que ocupa o lugar de *professora* (MAHER, 2005).

Os adultos do povo Yudja, porém, não atuam por si só, sem qualquer tipo de suporte, para favorecer o aprendizado das crianças. Além da atividade das próprias crianças sobre sua educação, o documentário registra que os adultos, frequentemente, evocam propriedades especiais de elementos do seu habitat, os quais são vistos de forma cosmológica. Isso os ajudará a fazer com quem habilidades específicas sejam desenvolvidas pelas crianças. O cuidado e investimento na construção da habilidade, por exemplo de tecer, conta com uma espécie de aranha, que é tida como *boa tecelã*, e que pode *passar* sua arte de tecer para as meninas. Em uma cena do documentário um adulto passa a aranha nas mãos de uma menina, dizendo: “Que ela seja uma boa tecelã. Que ela consiga fazer uma rede”; tentando “transmitir” um pouco da habilidade específica do animal para a menina. A construção da habilidade é associada ao uso de um “remédio” adequado para ajudá-la na aprendizagem/desenvolvimento de uma habilidade, mas conta também, como mostram as cenas, com alguma instrução das mulheres mais velhas para as meninas e muita observação destas últimas, que também imitam aquelas primeiras. Outro exemplo é do investimento na construção da habilidade de flechar, por parte dos meninos. Ela conta com o uso de uma castanha como “remédio” para ajudar o menino a ter boa pontaria. Simultaneamente, *Waapa* registra também os ensinamentos de homens da aldeia ensinando os meninos a fazerem as flechas –

aprendizado passado dos mais velhos para os mais novos, que também ocorre entre os Ikpeng, outro povo do Parque indígena do Xingu, tal como registra o documentário brasileiro “Das crianças Ikpeng para o mundo” (TXICÃO, TXICÃO & TXICÃO, 2001).

De modo geral, ressaltamos que o processo de educação das crianças da aldeia registrada no documentário não se pauta numa lógica individualista e cognitivista, como vemos, majoritariamente, na aprendizagem das crianças urbanas escolarizadas. É certo que a educação escolar indígena vem há tempos introduzindo o modo de aprendizado escolar (racionalizante) nas aldeias (BROSTOLIN & CRUZ, 2011; SILVA, 2013; TERENA, 2003). Apesar disso, a educação indígena tem seu modo próprio de produzir uma infância. Esta educação ocorre em toda a aldeia, está ali antes da escola, e vai para além dela. Enquanto uma diferença importante, sinalizamos que a educação indígena das crianças Yudja depende dos mais velhos, e esses apresentam para elas uma dimensão mística do processo de formação dos indígenas, a qual reflete a cosmovisão do seu povo sobre a vida e as coisas da natureza. Mais do que ensinamentos técnicos de como caçar, pescar, tecer, cozinhar, os adultos estão exercendo o papel de transmissão de todo um sentido do que é *ser* um(a) integrante daquele povo, daquela etnia e daquela aldeia específica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, assumimos como missão desvendar e também – sendo nós pesquisadoras não indígenas – poder se confrontar com a infância vivida pelas crianças indígenas: como se relacionam e convivem com os adultos de suas comunidades e como se dá o processo de transmissão do legado educacional do seu povo. Além de nos apoiar em pesquisas do campo dos estudos da infância, incluindo aquelas com crianças indígenas, utilizamo-nos da linguagem cinematográfica, por meio do documentário *Waaapa*, para produzir reflexões acerca do tema da infância indígena no Brasil e a diferença.

Tendo como parceiro dessa discussão o cinema, pretendemos olhar para a infância com toda sua diversidade a partir de outras lentes, que pudessem confrontar os conhecimentos da academia, por vezes firmados como certezas. Assim, além dos recursos da linguagem escrita presentes em livros e artigos – igualmente importantes – pudemos contar com as imagens, os sons, a poesia, as cenas montadas, que nem sempre

são fiéis à vida, assim como ela própria pode ser ficcionada, muitas vezes, pelos sujeitos. Neste jogo entre ciência e cinema, olhamos para infância Yudja na sua relação com seus remédios – o *waapa* – o que nos permitiu outras possibilidades de narrar a infância. Vemos no cinema a potência além-fala de tocar em outros sentidos e sentimentos – o encantamento da história, o prazer proporcionado pela imagem, a identificação com algumas cenas e também o estranhamento provocado por outras – garantindo alguns deslocamentos da forma como insistimos em ver e lidar com crianças na nossa cultura ocidental. Há também no cinema algo que se mantém como enigma, como o sentido de infância que aqui esboçamos, que não alcança a tradução de nossas palavras, que se apresenta como “um lugar muito nebuloso” (SILVA, 2016, p. 41), como expressou a cineasta Sandra Kogut em entrevista para uma das autoras, e talvez por isso também sedutor. Foi pela sedução que fomos captadas pelas imagens das crianças Yudja, circulando amplamente por seu território, compartilhando tarefas com os adultos e as pessoas mais velhas da comunidade, usufruindo de uma liberdade e assumindo coletivamente os riscos dessa forma de viver.

Acreditamos que o aspecto da diferença seja a marca das infâncias – todas elas – seja em relação ao aspecto geracional, seja em relação aos contextos socioculturais, políticos e geográficos, que fundam modos singulares de uma infância. Tomamos a diferença aqui na sua forma de alteridade que, como tal, escapa a nossa objetivação, e nos distanciamos, assim, de modelos teóricos que enclausuram a infância em caminhos prescritos, restringindo as possibilidades das crianças, junto com seus pares e adultos, construírem narrativas sobre suas próprias vidas. Apostando na diferença, vimo-nos também diante do desafio de escapar da armadilha de pontuar a singularidade e diferença da infância indígena em oposição a modelos normativos e hegemônicos, que se figuram na vida de crianças de contextos urbanos e camadas sociais média-alta. Estaríamos nós, ao falar da diferença, mesmo que para tensionar, reforçando o modelo? Conseguimos nos livrar dessa relação/tensão dialética? Talvez esta tarefa – que entendemos como epistemológica, política e ética – da produção de uma contranarrativa da diferença seja necessária, pois, assumindo que os saberes e teorias não descrevem, de forma neutra, uma realidade, mas produzem a mesma, é por esse caminho tensionado que podemos escapar daquilo que evidencia uma infância, ao desconfiar até mesmo do que produzimos,

mantendo as palavras em aberto para as identificações, mas também para o confronto.

Referências

ALANEN, Leena. Estudos feministas/Estudos da infância: paralelos, ligações e perspectivas. In CASTRO, Lucia R. de (Org.) **Crianças e Jovens na construção da cultura**. Rio de Janeiro: Editora Nau, 2001, p. 69-92.

BROSTOLIN, Marta R. & CRUZ, Simone de F. Criança Terena: algumas considerações a respeito de suas representações identitárias e culturais. In NASCIMENTO, Adir C. *et al* (Orgs). **Criança indígena: diversidade cultural, educação e representações sociais**. Brasília: Liber Livro, 2011, p. 157-179.

CASTRO, Lucia R. de. A infância e seus destinos no contemporâneo. **Psicologia em revista**, Belo Horizonte, v.8, n.11, p. 47-58, 2002. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/view/134> Acesso em 12 jul. 2018.

CASTRO, Lucia R. de. A infância e seus direitos: são eles a única via de emancipação das crianças? In _____. **O futuro da infância e outros escritos**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013, p. 175-194.

COHN, Clarice. Crescendo como um Xikrin: uma análise da infância e do desenvolvimento infantil entre os Kayapó-Xikrin do Bacajá. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, v. 43, n.2, p. 195-222, 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77012000000200009 Acesso em 8 jul. 2018.

DOMINGUES-LOPES, Rita de Cássia; OLIVEIRA, Assis da Costa; BELTRÃO, Jane Felipe. O lúdico em questão: Brinquedos e brincadeiras indígenas. **DESIDADES: Revista Eletrônica de Divulgação Científica da Infância e Juventude**, n.6, p. 25-39, 2015. Disponível em: <https://revistas.ufrrj.br/index.php/desidades/article/view/2615/2185> >. Acesso em 13 jul. 2018.

GRUBITS, Sonia. A casa: cultura e sociedade na expressão do desenho infantil. **Psicologia em Estudo**. Maringá, v.8, n.spe, p. 97-105, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722003000300012&lng=en&nrm=iso > Acesso em 13 de jul. 2018.

JENKS, Chris (Edit.). **The Sociology of Childhood: essential readings**. Great Britain: Batsford Academic, 1982.

LAROSSA, Jorge. O enigma da infância. In _____. **Pedagogia profana**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 183-207.

LIBARDI, Suzana S. Quando e como a proteção da infância é um valor para os adultos. **DESIDADES: Revista Eletrônica de Divulgação Científica da Infância e Juventude**, Rio de Janeiro, v.11, p. 51-61, 2016, jun. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2318-92822016000200006&lng=pt&nrm=iso Acesso em 13 jul. 2018.

MAHER, Terezinha de J. M. A criança indígena: do falar materno ao falar emprestado. In FARIA, Ana Lúcia G. de. & MELLO, Suely A. (Orgs.). **O mundo da escrita no universo da pequena infância**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005, p. 75-108.

MATTOS, Amana R.; PÉREZ, Beatriz C.; ALMADA, Carlos & CASTRO, Lucia R. de. O cuidado na relação professor-aluno e sua potencialidade política. **Estudos de Psicologia**, v.18, n.2, p. 369-377, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v18n2/v18n2a24.pdf> Acesso em 13 jul. 2018.

MEIRELLES, Renata; REEKS, David & MENDONÇA, Paula. **Waapa** [Film]. Brasil: Instituto Alana & Maria Farinha Filmes, 2017.

OLARIETA, Fabiana; SILVA, Conceição F. S. & OGG, Lisandra. Um olhar sobre uma infância indígena: Entrevista de Beatriz Fabiana Olarieta, Conceição Firmina Seixas Silva, Lisandra Ogg Gomes com Paula Mendonça de Menezes. **Revista Teias**, v.19, n.52, p. 169-181, 2018. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/31599> Acesso em 13 jul. 2018.

PEREIRA, Rita R.; SILVA, Conceição F. S. & OGG, Lisandra. A infância no fio da navalha. **Educação Temática Digital**. 2018. [no prelo].

PINHEIRO, Sacha L. & FROTA, Ana M. M. C. Uma compreensão da infância dos índios Jenipapo-Kanindé a partir deles mesmos: um olhar fenomenológico, através de narrativas e desenhos. **Estudos e pesquisa em psicologia**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p.724-759, 2009 Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812009000300012&lng=pt&nrm=iso Acesso em 08 jul. 2018.

PRADO, Renata L. C. O silêncio de grupos específicos de crianças em pesquisas. **Educar em revista**, Curitiba, n.64, p. 215-230, 2017, June. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602017000200215&lng=en&nrm=iso Acesso em 13 jul. 2018.

QVORTRUP, Jeans. Nove teses sobre a “infância como um fenômeno social”. **Pro-Posições**, Campinas, v.22, n.1(64), p. 199-211, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pp/v22n1/15.pdf>. Acesso em 12 jul. 2018.

ROSEMBERG, Fúlvia. Teorias de gênero e subordinação de idade: um ensaio. **Pro-Posições**, vol.7, n.3, p. 7-23, 1996. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8644211> Acesso em 14 jul. 2018.

SILVA, Conceição F. S. Infância e cinema: Entrevista de Conceição Seixas com Sandra Kogut. **Desidades: Revista Eletrônica de Divulgação Científica da Infância e Juventude**, Rio de Janeiro, n. 12, ano 4, p. 38-46, 2016. Disponível em: <http://desidades.ufrj.br/wp-content/uploads/v12n1PT.pdf> Acesso em 14 jul. 2018.

SILVA, Rogério C. da. Mau-olhado e quebranto: o que podemos aprender com os povos indígenas sobre suas crianças mesmo quando eles desconfiam de nossa educação infantil? In SILVA, Isabel de O. e; SILVA, Ana Paula S. da & MARTINS, Aracy A. (Orgs.). **Infâncias do campo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013, p. 149-166.

SIQUEIRA, Romilson M. Por uma sociologia da infância crítica no campo dos estudos da infância e da criança. **Educativa**, Goiânia, v. 16, n. 2, p. 177-200, 2013, jul./dez. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/educativa/article/view/3085/1874> Acesso em 14 jul. 2018.

TERENA, Marcos. Posso ser o que você é, sem deixar de ser quem eu sou! In RAMOS, Marise N.; ADÃO, Jorge M. & BARROS, Graciete M. N. (Coords.). **Diversidade na educação: reflexão e experiências**. Brasília: Secretaria da Educação Média e Tecnológica, 2003, p. 99-104.

TXICÃO, Natuyu Y.; TXICÃO, Karané & TXICÃO, Kumaré. **Das crianças Ikpeng para o mundo** [Film]. Brasil: Vídeo das Aldeias, 2001.

ZOIA, Alceu & PERIPOLLI, Odimar J. Infância indígena e outras infâncias. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v.4, n.2, p. 9-24, 2010, jul./dez. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/EspacoAmerindio/article/view/12647> Acesso em 13 de jul. 2018.

Recebido: 02 de agosto de 2018

Aprovado: 09 de setembro de 2018